



ISSN: 1983-8379

De *Macunaíma* a *Quarup*: discursos e excursos identitários

André Luis Mourão de Uzêda¹

RESUMO: O seguinte trabalho tem como proposta uma aproximação entre as questões debatidas pela Antropologia Cultural em se compreender o fenômeno da chamada “brasilidade” e o projeto literário de Mário de Andrade e de Antônio Callado, especificamente sobre as obras *Macunaíma* e *Quarup*. Assim, focados sobre a figura do índio, propomos entender como o projeto estético-ideológico dos autores, ao reportar seu olhar para o “outro”, constitui um novo modo de pensar sua/nossa própria identidade cultural.

Palavras-chave: Antropologia cultural; Brasilidade; Identidade nacional; Indianismo; Literatura Brasileira.

ABSTRACT: El siguiente artículo tiene como propuesta una aproximación entre las cuestiones discutidas por la Antropología Cultural en comprenderse el fenómeno de la dicta “brasilidad” y el proyecto literario de Mário de Andrade y Antônio Callado, especialmente sobre las obras *Macunaíma* y *Quarup*. Así, centrados sobre la figura del indígena, proponemos comprender como el proyecto estético-ideológico de los autores, dirigiendo su enfoque para el “otro”, constituye un nuevo modo de pensar su/nuestra propia identidad cultural.

Palabras-clave: Antropología cultural; “Brasilidad”; Identidad nacional; Indianismo; Literatura Brasileña.

A cara do Brasil

Eu estava esparramado na rede
Jeca urbanoide de papo pro ar
Me bateu a pergunta meio a esmo:
Na verdade, o Brasil o que será?
O Brasil é o homem que tem sede
Ou o que vive na seca do sertão?

¹ Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.



ISSN: 1983-8379

Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo

O que vai e o que vem na contra mão?

(Celso Viáfara e Vicente Barreto)

Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

(João Guimarães Rosa)

Durante os oito anos de mandato do ex-presidente Lula, o slogan de governo trazia a seguinte afirmativa: “Brasil: um país de todos”. A postura ideológica de um partido de caráter mais popular, como propunha o Partido dos Trabalhadores, nos permitia uma leitura, a priori, de que pela primeira vez nossa República Federativa era regida por um governante *do* povo e *para* o povo, quebrando com uma tradição secular de governantes eleitos por e para uma parcela restrita da população. Uma leitura mais atenta, contudo, nos levaria a uma inquietação: mas a quem se refere, efetivamente, o termo “todos”? A resposta mais óbvia, certamente, seria: “aos brasileiros” – o que, por conseguinte, nos leva a uma segunda questão: e quem são, *efetivamente*, os “brasileiros”? O que une e caracteriza a memória cultural e identitária de um povo como nós, marcados justamente pela diferença (histórica, social, cultural, étnica...), por quem deve prezar e zelar o Estado democrático?

A pergunta, sem dúvidas, não é recente, tendo sido repetida por muitos historiadores, intelectuais, economistas ou artistas, nos mais diversos momentos de nosso percurso histórico de pouco mais de 500 anos. E, se por um lado, a mesma pergunta se repetiu incessantemente, as respostas foram, contudo, as mais diversas. Compreender tal fenômeno é tarefa bastante complexa. Mas, nesse sentido, a antropologia cultural tem muito a contribuir, quando nos propõe uma relativização do *olhar* para determinado fato ou aspecto. Falar de Brasil é privilegiar um determinado olhar para esse objeto: um Brasil político? Geográfico? Cultural? As possibilidades são certamente inesgotáveis – principalmente considerando-se o cenário da contemporaneidade: multiculturalismo, globalização, redes sociais ou transdisciplinaridade são apenas alguns dos fatores que precisam ser levados em conta nesse exercício de *olhar*. E um olhar atento e preciso deve, sobretudo, voltar-se para além do que está dado, claro e óbvio,



ISSN: 1983-8379

atentando-se sobretudo à realidade inesgotável que nos cerca o dia-a-dia. Ou, como propõe a antropologia cultural, não olhar *para* o outro, mas olhar a partir do olhar *do* outro.

A proposta do seguinte trabalho parte justamente dessa premissa: desviar nosso olhar interpretativo do processo de constituição cultural do povo brasileiro para o olhar do outro. Nosso recorte recai sobre duas obras literárias, *Macunaíma* e *Quarup*, de Mário de Andrade e Antônio Callado, respectivamente. A escolha por se trabalhar com o olhar de dois literatos não é arbitrária: se nos afastamos dos discursos sociais ou históricos, é porque acreditamos que o olhar da literatura, diferentemente dos demais discursos, não busca por respostas, mas principalmente pelas *questões*. Não preocupada com conceitos conclusivos ou resolutos, a literatura se mantém sempre como obra aberta a múltiplas interpretações, em um diálogo que se desdobra a cada nova leitura. Ou, em outras palavras, a realidade na perspectiva literária não é o que *é*, mas o que pode *vir a ser*. E, dentro de todo o vasto universo da Literatura Brasileira, nossa escolha recaiu sobre a produção poética de dois momentos importantes de nossa historiografia literária para uma possível leitura de nossa formação cultural: a estética modernista pós-22 e a estética contemporânea pós-golpe de 64, momentos em que o contexto histórico em muito contribuiu para a reflexão ideológica dos dois autores na produção de suas obras.

Além disso, a escolha não se faz arbitrária também quando pensada em termos temáticos, tendo em vista que o olhar para o índio brasileiro foi (e ainda o é) muito prestigiado nos estudos antropológicos, sociológicos, políticos ou artísticos – uma tentativa, talvez, de se encontrar novas interpretações para nosso processo de formação cultural, no intuito de se compreender em que medida “nossos” hábitos e costumes se aproximam ou se afastam dos povos herdeiros de uma tradição cultural totalmente diferente daquela do colonizador europeu. A literatura brasileira, por sua vez, buscou na figura do índio uma tentativa de se fundamentar uma literatura de expressão genuinamente nacional, desde o século XVIII, com os poemas árcades de Santa Rita Durão e de Basílio da Gama, passando pelos projetos estético-ideológicos do Romantismo e Modernismo, chegando ainda à produção contemporânea do chamado movimento “indigenista”, com destaque para as obras



ISSN: 1983-8379

de Darcy Ribeiro e Antônio Callado, até a atualidade, com a experiência de autores ainda em atividade como Milton Hatoum.

Após o Romantismo, período em que o nacionalismo literário se constitui pela primeira vez como movimento organizado e apontado como fundamentador de uma cultura literária brasileira na visão de Antonio Candido (2007), a estética modernista será o segundo momento, também enquanto movimento organizado, em que se buscou fundamentar um discurso ideológico pensando a formação de uma identidade nacional para o povo brasileiro, agora afastado de influências estéticas estrangeiras. Nesse sentido, a proposta revolucionária de Oswald de Andrade, na criação de uma produção artística e literária genuinamente brasileira a partir da noção de Antropofagia, será fundamental para a estética vanguardista proposta pelo grupo modernista pós-Semana de 22. Se somos caracterizados por culturas multifacetadas, é preciso compreender como se dá tal “miscelânea cultural” a um modo antropofágico, isto é, de como a apropriação e a assimilação de outras culturas possibilitam a recriação de uma nova e autêntica cultura híbrida (Cf. CANCLINI, 2001). Paradoxalmente – como é próprio do discurso literário –, a proposta de seu projeto era buscar uma autenticidade justamente naquilo que herdamos da cultura do outro, reinventando-a.

As décadas de 20 e 30 são extremamente produtivas, em termos intelectuais, na busca por essa “autenticidade” brasileira, na busca pela chamada “brasilidade”. Em termos artísticos, a Semana de Arte Moderna apresenta à elite oligárquica paulista, de extremo conservadorismo, um novo olhar para a “arte”, seja nas artes plásticas, na música ou na literatura, abrindo espaço para a produção poética de Oswald e Mário durante toda a década, bem como a de Bandeira, Drummond e Murilo Mendes, já com uma maturidade maior no campo estético e ideológico na década de 30. O pensamento intelectual de Paulo Prado, com *Retrato do Brasil* ainda em 1927, e de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, já em 30, abriu margem para um debate mais consistente na busca por compreender o que é “ser brasileiro” nas áreas da História, da Sociologia e demais áreas das Ciências Humanas. Voltando à literatura, a ficção nessa década é ainda mais produtiva que na anterior, elevando o predominante “projeto estético” de 22 a um projeto mais engajado ideologicamente, com a produção de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado, como lembra João Lafeté



ISSN: 1983-8379

(2000). Diante de tamanha efervescência intelectual no período, é inevitável não traçar um paralelo entre as ideologias sociológicas do período, iniciadas com *Retrato do Brasil*, e o projeto estético-ideológico de nossa modernidade literária.

Macunaíma, de Mário de Andrade, pode ser considerada “peça-chave” nesse panorama. Impressionado com o pensamento de Paulo Prado, ao propor sua teoria acerca da formação do povo brasileiro a partir da união de três raças *tristes*, tomando a tristeza como a maior característica de nossa identidade (Cf. PRADO, 1997), Mário apresenta uma rapsódia cujo herói, “sem nenhum caráter”, fosse a síntese do povo brasileiro. Observe-se que o herói não é mau-caráter, mas *desprovido* de caráter, de identidade. As contradições lhe acompanham: é mentiroso, mas ao mesmo tempo sincero ao admitir suas mentiras; é preguiçoso, mas salvo de suas emboscadas graças à sua preguiça; nasce índio “preto retinto e filho do medo da noite” (ANDRADE, 1991, p. 9), mas por milagre se transforma em “branco louro de olhos azuizinhos” (ANDRADE, 1991, p. 30). É herói e anti-herói. É *brasileiro*. Com *Macunaíma*, Mário propôs um nacionalismo literário “às avessas”, na contramão do que propusera o movimento romântico, preocupado em achar respostas e definições para a cultura brasileira tomando a realidade a partir de um olhar romântico prévio, imposto. Na estética modernista, não prevaleceram formas fixas em que um determinado tema devesse ser encaixado ou enquadrado; pelo contrário, resulta de uma ampla abertura às mais diversas possibilidades interpretativas, como é característico às grandes obras literárias.

Assim, sobre um determinado fenômeno acerca do nosso processo de formação cultural, como por exemplo a miscigenação, um olhar sociológico difere-se radicalmente do que propõe um discurso literário. A abordagem de Gilberto Freyre (1998), por exemplo, recorre a fatores históricos numa interpretação culturalista do fenômeno, tentando entender a formação do povo brasileiro a partir da relação patriarcal da Casa Grande em contraposto com a Senzala, na relação de submissão entre senhor x escravo, isto é, a busca por compreender como o sistema de dominação e miscigenação influenciou para a consolidação de uma cultura brasileira de forma ampla e complexa. Em *Macunaíma*, por sua vez, Mário de Andrade não busca resgatar quaisquer fatores na realidade histórica. O que nos apresenta é um olhar simbólico interpretando tal realidade histórica a partir da sua visão de mundo ideológica.



ISSN: 1983-8379

Tomamos como exemplo a clássica passagem a respeito da formação mitológica das “três raças”, em que Macunaíma, Jiguê e Maanape banham-se nas águas acumuladas na marca do pezão do Sumé. A partir da leitura da pequena parábola, uma série de interpretações sobre o fenômeno da miscigenação dos povos no Brasil pode ser apreendida: Macunaíma, ao banhar-se nas águas mágicas da marca do pezão do Sumé, “lavara o pretume dele” (ANDRADE, 1991, p. 30). Jiguê, impressionado, atira-se à água já suja pelo pretume do irmão, conseguindo apenas “ficar da cor do bronze novo” (ANDRADE, 1991, p. 30). Em seguida, Maanape consegue molhar apenas as palmas das mãos e dos pés, ficando “negro bem filho da tribo dos Tapamunhas” (ANDRADE, 1991, p. 30). A leitura da parábola não nos propõe teses ou conclusões, mas uma infinidade de interpretações e leituras abertas ao leitor de nosso processo de formação étnica e cultural: três homens de etnias diferentes, porém irmãos (filhos de uma mesma pátria), nus (o que nos remete à uma ideia de pureza), admirados com *inveja* por toda a natureza assombrada, em um dia “lindíssimo na Sol da lapa” (idem). E não esqueçamos, todavia, que por detrás de toda a retratação realizada por Mário em um clima de irmandade e pureza estava a aspiração dos três irmãos pela “lavagem” do pretume.

A leitura de *Macunaíma*, fortemente marcada por uma narrativa simbólica e imagética, nos induz constantemente a uma interpretação da obra que nos revele, na personagem do índio Macunaíma, “herói de nossa gente”, uma síntese do povo brasileiro, ou a chamada “identidade nacional”. Contudo, é preciso um olhar atento a essa abordagem. Se há em Macunaíma a congruência de traços característicos do povo brasileiro (trazidos principalmente pela leitura que Mário fizera de Paulo Prado), é preciso acentuar que o anti-herói é revestido de uma identidade caracterizada pela pluralidade. É na identidade desse personagem híbrido, antropofágico, que se constata toda a *diversidade* cultural brasileira. Leyla Perrone-Moisés observa, de modo bastante apurado, que é este um personagem constituído como um “retrato” do brasileiro “fiel”, porque é, em todas as medidas, “retratado [como] um ser híbrido, contraditório, em processo” (PERRONE-MOISÉS, 2007, p. 191). Assim, na leitura de Perrone-Moisés, a busca pela Muiraquitã de Macunaíma não seria pela identidade brasileira, mas pela *entidade* brasileira, isto é, naquilo que nos caracteriza enquanto essência.



ISSN: 1983-8379

É inegável, contudo, a influência dos ideais modernistas na produção ficcional de Mário de Andrade, fazendo de *Macunaíma* uma obra bastante idealizada (o trabalho estético com a linguagem na narrativa a um modo “à brasileira” é bastante elucidativo de tal aspecto). Se a visão de mundo romântica ofuscou a temática indianista promovendo uma idealização do índio brasileiro *à la europeenne*, Mário por sua vez impregnara *Macunaíma* de uma ideologia simbólico-surrealista que o levou ao outro extremo da idealização: um índio onírico, mitológico, místico. Por outro viés segue o projeto estético-ideológico da produção pós-golpe de 64. É notório um afastamento radical da leitura da realidade histórica brasileira proposta pelos modernistas de 22; uma nova relação de *olhar* se estabelece com o seu tempo. Assim, autores como Rubem Fonseca e Antônio Callado trazem uma desmistificação dessa realidade, ressignificando-a do que se poderia chamar de um “realismo cru”.

Em obras como *A expedição Montaigne* e *Quarup*, de Callado, a temática indianista se reveste de uma maior naturalidade e aproximação com a realidade histórica, afastada das idealizações presentes até então na literatura brasileira. Revisitando toda a tradição literária brasileira indianista, Callado propõe uma nova leitura para a formação cultural e identitária brasileira a partir de um olhar para o índio não mais no que sua figura *representa*, mas no que ela de fato *é*: uma minoria desfavorecida na sociedade brasileira contemporânea que nada tem de romântica ou mitológica. Em *Quarup*, portanto, mitos como o de “bom selvagem” ou “protetor da natureza” são questionados e confrontados com imagens realísticas da atualidade, tais como o aborto, o alcoolismo, a criminalidade, o ciúme, as relações com as novas tecnologias ou mesmo a morte de uma cultura. Uma importante questão permeia toda a leitura do livro: o que faz tais culturas, tão distantes da nossa experiência urbano-industrial, aproximarem-se – e em que medida – de nós todos, cidadãos brasileiros? Aqui, a experiência antropofágica de hibridismo cultural presente em Mário de Andrade é dissolvida para dar campo ao debate da dominação cultural de um grupo sobre o outro. Se somos mesmo brasileiros, o somos não mais porque compartilhamos uma formação cultural complexa, mas porque estamos submetidos a uma mesma Constituição Federativa. Recorremos novamente às vertentes teóricas da Antropologia Cultural: está clara uma mudança no *olhar* para um mesmo fenômeno.



ISSN: 1983-8379

A questão certamente é complexa, daí Callado (bem como nosso olhar neste trabalho) recorrer à *literatura*: no discurso ficcional não há certo ou errado, não há bom ou ruim, ou qualquer tipo de maniqueísmo que leve determinado problema a um pensamento conclusivo ou retórico. Em que medida o isolamento ou a reintegração dos índios à cultura urbana pode ser benéfica ou prejudicial? E em que medida a cultura brasileira pode ganhar ou perder com determinada postura? *Quarup* não se faz categórico quanto a qualquer tipo de posicionamento. Índios ou indigenistas, catequizadores ou catequizados, reacionários ou revolucionários apresentam-se ora com qualidades, ora com defeitos, encharcando o texto da mais fina ironia. Fontoura, como exemplo, o grande idealista defensor dos índios, acredita que, para sobreviverem, deveriam ser mantidos em um parque cercado por arame farpado, de onde não pudessem sair e tampouco ninguém mais entrar. Um isolamento total da cultura indígena de qualquer influência externa. Ao mesmo tempo, a ironia do texto em relativizar a paixão que detém Fontoura pelos os índios com o fato de ser ele um fanfarrão alcoólatra, dono de um palavreado chulo e briguento, convida-nos a questionar se seria mesmo essa uma solução viável para a proteção dos povos indígenas – e a troco de quê se deve isolar uma cultura quando lhe é próprio justamente o *dinamismo*.

A provocação constante de *Quarup* está numa via de mão dupla. Uma questão como “deve uma cultura interferir em outra?”, como exemplo, exige, para a interpretação do romance, uma mudança de perspectiva a partir da mesma pergunta: “deve ser interferida uma cultura por outra?”. Talvez a questão se esclareça com uma passagem do romance. O índio Canato, convidado pelo branco Vilar a pescar *muito* peixe, é surpreendido com o método que lhe é proposto: “– Dinamite. Não tem peixe que escape” (CALLADO, 1983, p. 176), diz Vilar. Após a explosão, o índio, maravilhado, vê-se recheado de peixes, numa proporção inimaginável caso pescasse a seu modo, com “timbó”. Pergunta-se: deve a bomba interferir a prática cultural dos modos de pesca indígena? Não, se a tomarmos como prejudicial a uma prática cultural antiga a ser preservada. Porém, se questionamos “deve a prática cultural dos modos de pesca indígena ser interferida pela bomba?”, a resposta pode ser sim, se tomarmos como benéfica a aceleração desse processo em relação à pesca dos índios com o timbó. Mais uma vez, fica a critério da direção do olhar para o fenômeno.



ISSN: 1983-8379

O grande desafio que se apresenta à Antropologia Cultural na tentativa de se afastar de sua perspectiva para se reportar ao olhar do outro é justamente buscar em tal afastamento uma tentativa de se reaproximar do seu próprio olhar – mas com novos olhos. É como o caso da pesca “à bomba” de Vilar e Canato: pescar com bomba pode trazer benefícios à cultura indígena, e ser prejudicial à nossa, que observamos na prática do outro um valor a ser preservado. Olhar para um fenômeno a partir do olhar do outro, como propõe a Antropologia Cultural, estabelece uma nova forma de olhar para si, para a própria cultura. Se buscamos nossa identidade, marcada justamente por uma diversidade híbrida e complexa de culturas, é reportando-nos às identidades/olhares de cada uma delas que encontraremos um pouco da essência de nós mesmos. Nesse sentido, para uma possível apreensão do complexo paradoxo que se estabelece nesse movimento em constante desdobrar-se, acreditamos que em muito pode auxiliar o olhar da literatura, ela mesma paradoxal em sua essência, pouco preocupada para as respostas e soluções, mas constantemente movida pelas *questões*.

Referências

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 27. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

CALLADO, Antônio. *Quarup*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1983.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo, São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Macunaíma e a ‘entidade nacional brasileira’”. In: *Vira e mexe, nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.